

Nos últimos três anos, 47 mil armas foram registradas no RS

Em três anos, PF registrou 47 mil novas armas no RS

De janeiro de 2019 a dezembro do ano passado, Estado apresenta mais cadastros do que nos 10 anos anteriores

LETICIA MENDES
leticia.mendes@diariogaucha.com.br

Nos últimos três anos, o Rio Grande do Sul teve salto nos registros de armas novas realizados pela Polícia Federal. De janeiro de 2019 a dezembro de 2021, foram 47 mil. O período coincide com o governo do presidente Jair Bolsonaro, que adotou medidas para flexibilizar o acesso aos armamentos – uma promessa de campanha. Ao compararmos com 10 anos anteriores, de 2009 a 2018, a soma do número de armas novas registradas no Estado é de 38,2 mil.

O cenário no RS segue a tendência nacional, já que o Brasil teve crescimento nos arsenais novos adquiridos – em 2021 foram 204.314 registros (14,9% a mais do que em 2020). No ranking de Estados, os gaúchos aparecem como os terceiros que mais adquiriram armas em 2021 com registro na PF (19.763). Estão na frente somente Minas Gerais, com 26.243, e São Paulo, com 23.042. Apesar de apresentar média de 54 armas registradas por dia, o número no RS não diverge muito de 2020, quando foram 19.043. O maior acréscimo mesmo havia acontecido no ano anterior, já que em 2019 tinham sido 8.258 registros.

Decretos

Quando deputado, Bolsonaro fazia parte do grupo de parlamentares que tentou emplacar alterações legislativas para facilitar o acesso às armas. Durante a campanha presidencial, em 2018, prometeu que facilitaria o acesso. Nos últimos anos, em seu mandato, concretizou diversas dessas mudanças, que permitiram, por exemplo, ampliar o número de armamentos adquiridos tanto pelo cidadão comum quanto pelos de caçadores, colecionadores e atiradores (CACs).

– O presidente chega ao poder, e, como não conseguiu fazer alterações via Congresso, que seria a forma legal, começou via decretos. Flexibiliza a quantidade de armas, o tipo, e reduz critérios pelos quais as pessoas precisam passar para o Estado dizer se é seguro ou não ela ter uma arma. Reduz o controle e a capacidade de rastreamento

dessas armas – crítica a diretora de programas do Instituto Igarapé, Melina Risso, que acompanha a questão do controle de armas desde que o Estatuto do Desarmamento começou a ser debatido.

Demanda

Advogado e coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes), Fabricio Rebelo argumenta que as mudanças materializadas ao longo dos últimos anos atendem demanda prévia, antes reprimida no país. A principal alteração, em seu entendimento, é aquela que retirou da PF a possibilidade de analisar se havia ou não efetiva necessidade de compra da arma pelo cidadão que estava requisitando o pedido.

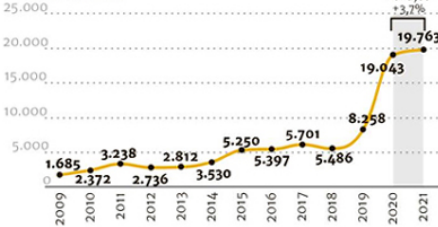
– Com o governo atual, em 2019, essa regra foi transportada para os decretos e se consolidou. É essa a mudança primordial, feita ainda em novembro de 2018, por instrução normativa, que retirou do delegado a discricionariedade para deferir ou não a compra de arma. Algo que a legislação jamais permitiu, mas era colocada como possibilidade por manobras regulamentares de governos anteriores – afirma, em referência à instrução 131, que estabelece limite de duas armas por cidadão, e acabou revogada pelo governo Bolsonaro.

No entendimento do Instituto Igarapé, essa alteração por meio de decreto em relação à possibilidade de a PF decidir se o cidadão poderia ou não adquirir nova arma fragilizou o controle. Outra medida criticada é o aumento do prazo para a renovação da posse da arma de fogo de cinco para 10 anos. A principal preocupação da ONG, com sede no Rio de Janeiro, que defende controle mais rigoroso, é com o desvio para o crime dos arsenais comprados legalmente.

– Ficar 10 anos sem saber o que está acontecendo com aquela arma e com a pessoa que adquiriu, é preocupante. Comprar armas sempre foi permitido no Brasil, cumprindo os requisitos. Se a pessoa quer ter, é um risco de foro pessoal. O direito individual não pode ser mais importante que o direito coletivo à segurança – afirma Melina.

Evolução ano a ano

SÉRIE HISTÓRICA

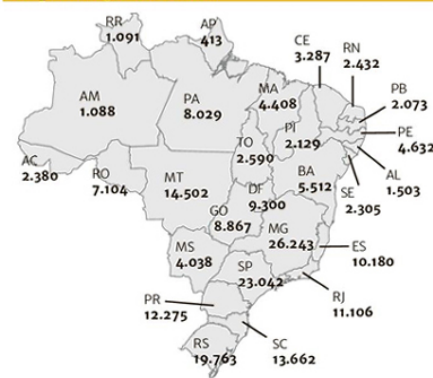


EM 2021 POR CATEGORIA

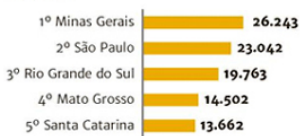


Fonte: Polícia Federal

No país (registros de 2021)



RANKING



Fonte: Polícia Federal

COMPARATIVO NO BRASIL



Relação com a violência

Um dos debates que centralizam a discussão sobre o crescimento da aquisição de armas de fogo é o quanto isso incide na violência. Ao longo dos últimos anos, o RS vem apresentando redução em crimes como homicídios e latrocínios (roubos com morte). Fabricio Rebelo, do Cepedes, reconhece que não há como fazer relação com base científica sobre o crescimento dos arsenais adquiridos e a melhoria dos indicadores. Por outro lado, acredita que a maior possibilidade de uma vítima estar armada pode levar o criminoso a desistir do delito.

– Aquele discurso há muitos anos é defendido no Brasil, por desarmamentistas, de que, quando se aumenta a circulação de armas, se gera aumento na prática de crimes, é falso. A dinâmica de segurança é mais complexa. Não pode simplificar a questão e dizer que crimes cairam por conta da maior circulação de armas. O que temos como fato real é a variação desses dados em sentidos opostos – afirma.

Melina Risso, do Instituto Igarapé, argumenta que os efeitos da maior presença de armas na sociedade podem levar, ao longo dos próximos anos, ao aumento da letalidade, seja por reações por parte do cidadão armado, acidentes ou mesmo desfechos trágicos em casos de violência doméstica.

– Se arma fosse sinônimo de proteção, não veríamos esse número tão grande de policiais vítimas fora de serviço, geralmente quando reagem a um assalto. E estamos falando de pessoas com treinamento, que usam a arma como instrumento cotidiano. E em diferentes situações não conseguem se proteger. Maior volume de arma em circulação leva a aumento da violência, sim. Situações de conflito, que antes não tinham arma no meio, tornam-se letais – diz.



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Segurança Pagina: 18